

Multidimensionalidades do Campo Ambiental: proposta teórico-metodológica a partir da ótica comunicacional

Jane Marcia Mazzarino¹

Resumo

Este artigo reflete sobre o campo ambiental enquanto um campo de saber formado a partir do entrelaçamento cultural de outros campos, em que intervêm modos de fazer políticos, econômicos, culturais, sociais, comunicacionais e éticos, que afetam a relação entre seres humanos e seu ambiente. A partir da reflexão sobre os processos comunicacionais da sociedade contemporânea, propõe-se a percepção das problemáticas do campo ambiental em uma aproximação multidimensional e interdisciplinar, de modo a dar conta das suas complexidades.

Palavras-chave: Campo ambiental. Interdisciplinaridade. Complexidade.

Abstract:

Multidimensionalities of the Environmental Field. This article presents a reflection on the environmental field as a field of expertise composed by the cultural intertwining of other fields, influenced by the political, economic, cultural, social, communicational and ethical aspects affecting the relationship between human beings and their environment. Based on the reflection on contemporary society communicational processes, it is proposed an analysis of the problems of the environmental field with a multidimensional and interdisciplinary approach, so as to encompass all its complexities.

Key-words: Environmental field. Interdisciplinarity. Complexity.

Introdução

Na sociedade global os valores ambientais contaminam diferentes campos sociais que, cada vez mais, inserem em seus repertórios sentidos relativos a questões e ações ambientais ou socioambientais. A urgência de estratégias em relação a alguns temas, especialmente aqueles ligados ao cotidiano, faz com que a sociedade civil – organizada e não organizada – também se pronuncie publicamente na busca por soluções, seja por meio de conversas informais do cotidiano ou mesmo em espaços públicos formais. Trata-se da emergência da cidadania ambiental. Esta busca reflexiva pela compreensão do campo ambiental requer uma aproximação multidimensional, já que se trata de um campo de saber formado a partir do entrelaçamento cultural de outros campos, em que intervêm modos de fazer políticos, econômicos, culturais, comunicacionais, sociais e éticos, que afetam a relação entre seres humanos e seu ambiente, já não tão natural. Um olhar que leve em conta a multidimensionalidade das problemáticas do campo ambiental requer uma aproximação interdisciplinar.

Neste sentido, questionamo-nos de que forma podemos construir propostas para compreender as complexidades do campo ambiental a partir do pressuposto que a interação entre seres humanos e

natureza é determinada por processos culturais? O objetivo deste artigo é refletir neste sentido.

O campo ambiental tem suas origens no Romantismo do século XIX, mas é na década de 70 do século XX que lança suas bases mais firmes, constituindo-se como um campo de saber autônomo, principalmente a partir da ação histórica dos movimentos ambientais. No entanto, um estudo aprofundado requer que se leve em conta a genealogia do campo ambiental, o que inclui as especificidades biológicas e históricas da relação entre seres humanos e ambiente natural.

A teoria dos campos sociais nos faz pensar sobre a organização das sociedades contemporâneas, com sua pluralidade de discursos, quando se complexificam as formas de interação social e a comunicação entre campos de saber, com conseqüências sociais e históricas. Aproximarmo-nos dos campos sociais a partir dos estudos culturais auxilia-nos a compreender a sociedade contemporânea enquanto produtora de significados, valores e práticas que surgem e se difundem pelos modos de vida e estruturas coletivas, determinando práticas sociais e os usos dos recursos naturais. Esta proposta para compreender o campo ambiental se coloca aqui como uma contribuição, a partir da reflexão sobre os processos comunicacionais da sociedade contemporânea.

Coordenadora do Grupo de Pesquisa Práticas Ambientais, Comunicação, Educação e Cidadania (CNPq). Coordenadora do Projeto de Extensão Comunicação para Educação Ambiental. Docente do Programa de Pós Graduação em Ambiente e Desenvolvimento e do Centro de Ciências Humanas e Sociais - Cursos de Comunicação Social. Centro Universitário Univates, Lajeado, RS. 051 3714 7000 r. 5540. janemazzarino@gmail.com

Campos Sociais, Interdependência e Questões Fronteiriças

O positivismo, na sua busca pela objetividade absoluta, acreditou que o sujeito era neutro e poderia apreender a totalidade do objeto de estudo. A ambição era avançar no conhecimento aos poucos, até dominá-lo totalmente, via acúmulo de informações, colocando fim às dúvidas e contradições. Segundo Soffiati (2002, p. 25), o primeiro abalo veio com a física quântica: os físicos descobriram que partículas subatômicas se comportavam diferentemente, conforme quem as observava. A incerteza e a desordem tornaram-se perceptíveis. O segundo abalo veio com a biologia, ao demonstrar que cada ser vivo tem uma visão parcial e diferente do mundo, devido a limitações anatômicas ou fisiológicas. O terceiro abalo vem da antropologia, quando se demonstra que

[...] os seres humanos, dentro dessas limitações comuns a todos eles, não conseguem ter acesso à realidade perceptível por seus sentidos senão por meio de representações mentais construídas pelo cérebro em conexão com o ambiente cultural em que vivem. Eis por que as noções de tempo, de espaço, de natureza, de sociedade e do próprio ser humano variam de um sistema cultural para outro.

Na metade do século XIX o mecanicismo começa a desmoronar, e no começo do século XX a teoria da relatividade de Einstein e a física quântica questionam a física clássica, com seu absolutismo e certeza. O avanço da biologia, da paleontologia, da etologia entre os anos 50 e 70 mostram que o ser humano não pode ser compreendido fora do contexto biológico e ecológico, e que traços atribuídos aos humanos são, na verdade, dos seres vivos. “Uma nova imagem da natureza desenha-se diante dos nossos olhos. Uma imagem presidida por comportamentos complexos, de resto já intuídos pelos povos arcaicos, pelo taoísmo e pelos físicos helênicos” (SOFFIATI, 2002, p. 41).

A abordagem científica positivista, linear, não dá conta da compreensão dos processos contemporâneos, quando se movimentam múltiplas dimensões dos saberes dos também diversos campos sociais que formam a sociedade moderna. Compreender a crise ambiental contemporânea a fim de elaborar estratégias de comunicação ambiental voltadas para construção da cidadania requer que se compreenda a estrutura e a dinâmica desta sociedade.

Para a teoria dos campos sociais a sociedade moderna organiza-se a partir do surgimento da diversidade campos sociais autônomos, com seus universos simbólicos próprios. Esta teoria insere-se num movimento de mudança de paradigmas de construção do conhecimento, que abandona o olhar fragmentado sobre a realidade e adota uma postura que valoriza as interações complexas entre as diversas formas de compreender o mundo.

A organização da sociedade com base na diversidade de campos sociais refere-se a uma profunda transformação cultural, que deu lugar a uma nova configuração do universo simbólico-cultural, na qual a religião perdeu os privilégios que detinha na sociedade tradicional, quando exercia o papel de coesão social a partir da determinação dos valores sociais que geriam toda sociedade. Com a modernidade, processo que se dá a partir do Iluminismo, enfraquece o poder totalizante do campo religioso. Mas segundo Rodrigues (1990) já no século XIV tem início o processo de fragmentação social. O autor cita os campos científico, político, jurídico e médico entre os campos sociais que iniciam neste período seu processo de hegemonização.

Segundo Esteves (2003) esta diversidade se deve à expansão do *universo simbólico*. A linguagem assume um papel essencial, com diferentes esferas culturais constituindo suas próprias *formações discursivas*. Esta pluralidade de universos simbólicos tem implicações na organização das sociedades modernas, quando diferentes esferas sociais assumem funções específicas, o que se refere a uma organização sistêmica da sociedade.

O processo de racionalização cultural da modernidade que ocorre com a pluralização dos campos sociais, segundo Esteves (2003,) dá lugar à complexidade social derivada da diversidade de orientações da ação postas à disposição dos indivíduos. Para Rodrigues (1990, p. 141) esta pluralidade simbólica do espaço público é mediada por processos comunicacionais.

Os processos comunicacionais estão intimamente relacionados com a constituição de uma esfera pública, esfera responsável pela criação e pela manutenção de regularidades que ditam as normas de conformidade e da conveniência da linguagem e das ações, assim como definem o estatuto e os papéis dos agentes e dos atores sociais. A esfera pública é, por conseguinte, a cena em que o jogo das interações sociais e o movimento dos atores ganham visibilidade social. Por isso, a comunicação não é apenas um instrumento à disposição dos indivíduos, dos grupos informais ou dos grupos organizados para darem a conhecer fatos, acontecimentos, pensamentos, vontades ou afetos. É, sobretudo, o processo instituinte do espaço público em que se desenrolam as suas ações e os seus

discursos e coincide com o próprio jogo dos papéis que as instituições lhes destinam. Daí a natureza paradoxal da comunicação, ao mesmo tempo instituinte e instituída, processo de elaboração de um espaço público e agenciamento de regras impostas pela conformidade social, pluralidade feita de múltiplas singularidades.

A partir da perspectiva de Bourdieu (1989) cada campo social tem um padrão próprio de interdependência entre seus membros, quadros simbólicos de experiência nos quais se baseia a interação entre os agentes sociais. Enquanto um processo social, o campo constitui-se como um espaço de intersubjetividade, formado pela interação entre subjetividades pessoais e os modos de ser e fazer coletivos, que surgem como resultado do que podemos denominar uma subjetividade coletiva ou identidade coletiva. Ou seja, um *habitus* grupal específico, que se trata de um jeito próprio de ser e fazer, o qual se constrói por meio do padrão de interação entre os sujeitos de um determinado campo social. O *habitus* é responsável pelos aprendizados transmitidos (passados) que conformam as ações dos sujeitos na vida cotidiana. A noção de *habitus* de Bourdieu (1989) é de uma estrutura estruturada e estruturante, que possui a função de gerar e dar unidade ao estilo de características e das práticas dos agentes de um campo social. Esta forma de observar a dinâmica interna e externa da sociedade pode se aplicar à diversidade de campos sociais: político, econômico, educativo, jurídico, ambiental, religioso, empresarial, etc..

Para Bourdieu (1974, 1989), as interações simbólicas dependem da estrutura interna do grupo em que se realizam e da estrutura social, externa, em que os agentes estão inseridos, ou seja, as estruturas de relações sociais. Estas relações são possíveis a partir do compartilhamento dos códigos entre os atores de um campo ou de diferentes campos em interação. Quando estes códigos são compreendidos e modificam as práticas cotidianas, estas se transformam em práticas ideológicas e exercícios de poder, não só por quem produz o discurso, mas também por aquele que faz uso dele e posiciona-se como consumidor simbólico.

Assim, o que está em jogo no campo simbólico é o poder político praticado por diferentes agentes que ocupam posições diferenciadas no campo simbólico, onde os atos sociais funcionam como tradutores das posições ocupadas, segundo Bourdieu (1989). Este poder político é mediado pela linguagem e é comunicador das ideologias. O poder do produtor simbólico está relacionado com a posição que ocupa no interior do sistema de produção e circulação de bens simbólicos, e à posição na hierarquia cultural

dos graus de consagração. É no interior do campo simbólico que são travadas relações de força, segundo o autor. E a própria posição no campo funciona como mediação das relações de produção e difusão do material simbólico. Lutas simbólicas se presentificam nos conflitos da vida cotidiana, colocando em jogo a legitimação de uma ou outra forma de expressão da realidade. O poder simbólico não está no sistema de símbolos que ele agrega, mas no exercício de expressá-los, comunicá-los, legitimá-los perante o outro, exercendo poder político e social.

Continuamente os campos sociais entram em conflito sobre questões fronteiriças. A questão ambiental é um tema de interface entre os diferentes campos sociais que, dada sua importância crescente nos discursos sociais, passa a constituir-se enquanto o tema de discussão pública a partir dos anos 70.

Segundo Rodrigues (1990) para a formação de um campo social é necessário que este se constitua enquanto uma esfera de legitimidade, com linguagem, discursos e práticas que o identifique como um “domínio de competência” específica, o qual apresenta-se em forma de consenso em relação a um conjunto de valores que disputam legitimidade diante de outros campos sociais ou domínios de competência. Necessariamente este consenso não esconde divergências internas ao campo, mas o campo social consegue externalizar um discurso geral consensual.

Portanto, um campo se constitui quando ocupa o “lugar de sujeito de enunciação”, como afirma Rodrigues (1990, p. 144). Pode-se afirmar que, pelo menos desde a Conferência de Estocolmo em 1972, na Suécia, o ambientalismo denuncia, propõe, discute, afirma a partir, também, do campo científico sobre as causas e consequências da crise ambiental planetária. O campo ambiental já constitui suas próprias formas de dizer e fazer, mas, mesmo assim, entendemos que dada sua imaturidade, complexidade e necessidade de interdisciplinariedade ele está em processo de institucionalização e organização. “É no decorrer da aceleração do seu ritmo de funcionamento que um campo social se formaliza e aumenta sua visibilidade simbólica”, elevando assim seu poder de “coerção” pela imposição de modos de interpretar a realidade social segundo Rodrigues (1990, p. 148).

Complexidades do Campo Ambiental

Assim como na formação de outros campos, no campo ambiental os atores têm graus diferenciados de poder simbólico, gozam de maior ou menor legitimidade conforme a posição social que ocupam e as características que formam seu capital simbólico. Lutas simbólicas são travadas sobre os modos de agir

e representar socialmente a realidade dos temas ambientais. É desta forma que atores de associações civis, poderes públicos, consumidores, cientistas e empresas, entre outros, defendem posições que se contrapõem ou convergem, em uma luta simbólica. Compreender como se travam estas lutas a partir da análise sistemática e da reflexão crítica dos discursos e práticas dos atores dos diferentes campos sociais envolvidos no campo ambiental, observando como as diferentes dimensões dos saberes ambientais são movimentadas (política, ética, social, cultural, tecnológica, natural, comunicacional-midiática, econômica) remete a uma questão relativa à comunicação ambiental. Nos campos sociais presentificam-se a estabilidade e a mudança, em permanente tensão, devido às trocas contínuas de informação entre eles, o que mantém sua interdependência. A função dos mecanismos comunicacionais de mediação é garantir estas aberturas dos campos para o exterior, para que assim se relacionem com outros universos simbólicos.

Estas mediações determinam interferências entre os universos simbólicos dos campos. Assim, a formação do campo ambiental e seu *ethos* específico acabam determinando novos modos de estar e agir socialmente, que são apropriados por outros campos de saber. O campo empresarial e o campo institucional governamental e o judiciário, entre outros, acabam incorporando saberes ambientais entre seus saberes tradicionais, modificando-se, e assim participando da construção do *ethos* do campo ambiental, num movimento de retroalimentação entre os campos sociais. Como os campos sociais são interdependentes, os sentidos ambientais circulam, perpassando todos os campos sociais, sendo apropriados de diferentes modos conforme o *ethos* de cada campo de saber. Segundo Carvalho (2005, p. 52 e 53):

Pode-se tomar a questão ambiental, na sua condição de agenciadora de um universo de significados, como um espaço narrativo organizado em um campo de relações sociais – no caso, um campo ambiental [...] Com a noção de campo ambiental interessa circunscrever certo conjunto de relações sociais, sentidos e experiências que configuram um universo social particular.

O campo ambiental inclui práticas, políticas, formas de militância, conceitos, posições sobre os temas ambientais, valores, etc.. que, segundo a autora, redundam na crença fundamental que a natureza é um bem a ser admirado, respeitado e cuidado “O campo ambiental se constitui necessariamente engajado na disputa pelo poder simbólico de nomear e

atribuir sentido ao que seria a conduta humana desejável e um meio ambiente ideal”, afirma Carvalho (2002, p. 37). Ou seja, o campo ambiental vai se delineando a partir da produção de sentido construída historicamente sobre a natureza.

Inicialmente a natureza era considerada o lugar do selvagem, do inculto, do feio. Nos séculos XVI e XVII a natureza tem valor conforme sua utilidade para os seres humanos. No século XVIII, com a Revolução Industrial e a percepção do processo de degradação ambiental inicia-se um movimento de valorização da natureza, que se firma com o romantismo europeu do século XIX. Assim, o natural, selvagem e não cultivado, oposto ao civilizado e urbano, passa a ser desejado no século XIX, o que se constitui como uma transformação cultural importante, escreve Carvalho, para quem o *ethos* romântico do século XIX e o sentimento anti-capitalista e de celebração da natureza é uma matriz histórico-cultural que influencia a tradição ambiental. Segundo a autora, muitos dos elementos do romantismo são atualizados pelo campo ambiental a partir do movimento da contracultura, na década de 60 do século XX, quando se dá a “[...] ênfase num sujeito humano [...] como instância de transgressão contra uma ordem geral do *establishment*, das padronizações e uniformizações” (CARVALHO, 2005, p. 53).

O ideário contracultural busca a articulação entre a natureza interna (subjetiva) e a externa (objetiva), entre o pessoal e o coletivo. Para Giddens (2002) a interdependência entre identidade pessoal e identidade coletiva refere-se a questões de política e de identidade. O autor distingue dois tipos de política na modernidade, uma política emancipatória e uma política da vida, as quais se manifestariam de forma interdependente. A política da vida refere-se à auto-identidade, enquanto a política emancipatória faz alusão a um processo que participa da construção da identidade coletiva.

Enquanto a política emancipatória é a política das oportunidades da vida, a política da vida refere-se ao estilo de vida, à auto-realização e às decisões da vida, sendo alcançada se a pessoa desenvolve uma autenticidade interior, ou seja, um referencial de confiança básico por meio do qual a vida pode ser compreendida como uma unidade contra eventos sociais em mudança.

Portanto, a política da vida refere-se aos debates e contestações derivados do projeto reflexivo do eu. O pessoal é político. Os movimentos ecológicos se incluem aqui, já que se referem ao reconhecimento de que a reversão da degradação

ambiental depende da adoção de novos estilos de vida, diferentes dos modos de vida a serem adotados na sociedade mundial. “Os problemas ecológicos realçam a nova e acelerada interdependência dos sistemas globais e mostram a todos a profundidade das conexões entre a atividade pessoal e os problemas planetários”, afirma Giddens (2002, p. 204). As questões da política de emancipação, como os direitos de cidadania continuam fundamentais e servem de arena onde as questões da política da vida são debatidas. “A emancipação pressupõe uma transformação na política-vida”, diz Giddens (2002, p. 211).

Para Santos (2001) quando a cidadania está atrelada ao consumo é reguladora do sujeito e não emancipadora, com a dissociação e o narcisismo ocupando espaço em lugar da autonomia, da criatividade e da reflexividade. Para o autor, a cidadania aponta para relações igualitárias e de participação social, enquanto a subjetividade refere-se a diferenças e particularidades. E a tensão entre cidadania e subjetividade só se resolveria com a emancipação social. Ou seja, com o enfraquecimento do pilar da regulação, que por ora refere-se à regulação do mercado. A preponderância da subjetividade sobre a cidadania social, assim como abre horizontes para a autonomia, sujeita os indivíduos às rotinas de produção e consumo, podendo transformar o tempo de lazer em gozo passivo, de reprodução de modelos ofertados pela cultura midiática, os quais convertem os sujeitos em objetos de si próprios. A submissão à reprodução social via consumismo representa a diminuição da importância da cidadania enquanto participação social do sujeito na comunidade, já que assim o sujeito integra-se socialmente pelo consumo, e não pelo viés político, conforme Santos.

O campo ambiental nos interpela para a integração social pelo viés político quando solicita um posicionamento que se reflita em escolhas cotidianas atreladas a modos de vida sustentáveis, limitando a regulação do mercado, o qual se insere até mesmo sobre os aspectos mais íntimos do ser. Se atendida, esta solicitação pode gerar processos reflexivos sobre a relação entre os desejos individuais e suas conseqüências sociais.

Melucci (1996, 2001, 2004) alerta que a questão ecológica muda a percepção cultural e social do mundo quando revela a interdependência planetária. Para o autor, as questões ambientais têm como primeiro plano a dimensão cultural da ação humana. Do mesmo modo, Leff (2011, p. 31) afirma que os conflitos ambientais serão resolvidos por meio “de sentidos existenciais, de

valores culturais e de estilos de desenvolvimento diferenciados, nos quais a exploração, a conservação ou o uso sustentável dos recursos dependem dos significados atribuídos à natureza”.

Como instância disseminadora de significados sobre modos de vida, a mídia é um ator importante no processo sociocultural desencadeado a partir do desejo de ter e ser – ou parecer ser - que tem orientado a conduta humana, muitas vezes sem que se leve em conta os limites e as condições dos recursos naturais e humanos existentes. Neste sentido, a mídia desempenha um papel ambíguo: ao mesmo tempo em que dá publicidade às ofertas a fim de gerar a aceleração do consumo, também se torna o espaço público onde circulam as informações sobre os acontecimentos relativos às exaustões do planeta. Assim, este consumo cultural midiático pelos receptores pode desencadear tanto o consumo desenfreado, com vistas a atender necessidades de representação social, quanto a sensibilização para as causas socioambientais e para a necessidade de mudanças nos paradigmas de desenvolvimento.

A crise ambiental decorrente dos modos de vida da sociedade industrializada solicita que os processos de desenvolvimento incorporem uma “*dimensão ambiental*”, conforme Leff (1991). O saber ambiental questiona os comportamentos associados à sociedade de consumo ou pós-industrial e pode desencadear a construção de modelos de desenvolvimento que sejam permeados pela racionalidade ambiental, um processo político e social que requer a reorientação de tendências, rompendo com os paradigmas atuais que permeiam as relações humanas com a natureza, criando novas formas de saber, baseadas na organização produtiva, na inovação dos métodos de pesquisa e na produção de novos conceitos e conhecimentos, que incorporem a perspectiva construtivista, a qual leva em conta as condições ecológicas e sociais para um desenvolvimento equitativo, sustentável e duradouro (LEFF, 2001).

Interdisciplinaridade e Multidimensionalidades em Pesquisas no Campo Ambiental

A aproximação ao campo ambiental requer um olhar que dê conta das múltiplas dimensões que interferem no *ethos* deste campo social, e que se constituem como sua marca cultural mais fundamental. Rodrigues (1990, p. 149) explica que as dimensões que atravessam um campo social têm a ver com seu processo de gestação, autonomização e genealogia. As dimensões referem-se a maneiras de ser e agir que

são apropriadas pelos campos entre si num processo comunicacional que é inerente aos campos sociais em interação no espaço público.

[...] cada um dos campos sociais coexiste com uma multiplicidade de outros campos, compondo entre si a repartição da força dos respectivos processos rituais e ordens axiológicas, assim como as funções expressivas e pragmáticas e as formas simbólicas de visibilidade. Desta disposição dos processos e das funções entre os diferentes campos sociais resultam reflexos que se projectam em cada um dos campos e os atravessam. A estes reflexos damos o nome de dimensões.

Para o autor (1990, p. 149) as dimensões são “estratégias funcionais que se articulam, no presente, com os procedimentos táticos dos agentes e dos atores sociais”. A força e legitimidade do campo ambiental serão tanto maior quanto mais conseguir impor seus valores a outros campos sociais, contaminando-os com seu universo simbólico e suas maneiras de ser, fazer e compreender a realidade socioambiental.

Quando os campos disputam a imposição de valores sobre as experiências assiste-se a lutas de forças, conflitos entre as dimensões do saber dos campos. Campos sociais são instâncias produtoras de informação e a interação entre eles é marcada por conflitos e negociações que se dão no âmbito comunicacional, já que as interações se dão em torno de lutas culturais – lutas pelo estabelecimento de sentidos sobre a realidade. Desta forma, os estudos culturais auxiliam na compreensão desta realidade complexa, já que privilegiam a análise do processo de produção de sentido que se dá nesta interação, tendo como campo de análise a cultura própria da sociedade contemporânea, percebida enquanto significados, valores e práticas que surgem e se difundem socialmente pelos modos de vida e estruturas coletivas. Os discursos dos sujeitos sociais sobre as questões ambientais explicitam formas de representar e enquadrar esta realidade, o que refere-se a um fazer político, relativo à micropolítica do cotidiano.

Os enfrentamentos culturais que os campos sociais ofertam para o espaço público, relativos às formas de construir socialmente a realidade ambiental no contexto histórico contemporâneo, deixam entrever as dimensões que participam das lógicas discursivas dos diferentes atores sociais em interação. Dentre as dimensões do saber ambiental que surgem como determinantes pode-se citar: tecnológica, natural, cultural, econômica, ética, política, cultural e

social. Compreender as especificidades com que se manifestam e são movimentadas estas dimensões nas ações simbólicas e físicas dos atores de diferentes campos sociais em interação é imprescindível para analisar a problemática ambiental.

A forma e os modelos que estas dimensões assumem na abordagem das questões ambientais orientam culturalmente a relação entre natureza e sociedade na contemporaneidade, determinando exigências sociais que, por sua vez, comandam a vida política.

Assim, por exemplo, as tecnologias funcionam como instrumentos que podem ser utilizados para interferir na natureza, afetando a sociedade econômica e culturalmente, dentre outras formas. A dimensão política regula as relações da sociedade com a natureza por meio de leis e normas. A dimensão natural é privilegiada pelos movimentos sociais conservacionistas, enquanto a dimensão social em sua interface com o natural é focada pelos movimentos que se denominam socioambientais. De modo geral, as dimensões político-econômicas são determinantes dos modos de fazer das empresas. A dimensão ética perpassa toda a construção dos saberes ambientais. Estas dimensões, como já observamos, são movimentadas nos discursos e práticas dos atores de cada campo social que se organizam enquanto sociedade moderna. É esta pluralidade simbólica que gera a complexidade social e marca uma diversidade de orientações para as ações sociais.

Esta aproximação do campo ambiental, levando em conta as múltiplas dimensões que o compõe e a diversidade de matrizes culturais que estas dimensões movimentam, fruto de interfaces com modos de fazer de outros campos sociais, reclama ao campo científico um olhar interdisciplinar. Leff (2011, p. 21) propõe a interdisciplinariedade como “fundamento teórico e guia pedagógico”.

Para o autor, hoje o ser humano tecnologiza a vida e coisifica o mundo ao explorar recursos e desgastar ecossistemas convertendo-os em valor de troca. A civilização supercientífica e tecnologizada é reducionista, já que aliena as pessoas do mundo da vida, esquece saberes e práticas tradicionais de uso sustentável dos recursos naturais, assim como os processos históricos de diferenciação.

A percepção da complexidade da questão ambiental e da interdisciplinaridade como método para compreender as relações entre sociedade e natureza (que expõem diferentes racionalidades,

ordens de materialidade e escalas espaço temporais) surgem, segundo Leff, como um movimento contra-hegemônico decorrente dos encontros e conferências mundiais que discutem as questões ambientais e implicam mudanças na organização do conhecimento, propondo rompimentos com a fragmentação do conhecimento, com a economização do mundo, com o livre mercado, com a racionalidade tecnológica, com o pragmatismo funcionalista e com outras causas que geraram a crise da civilização. Solicita-se a valorização dos saberes ambientais.

Os saberes ambientais, para Leff, referem-se a uma perspectiva que politiza e historiciza a relação entre sociedade e natureza, inclui aspectos ontológicos, valoriza a diferença e o potencial do heterogêneo, assim como o propósito crítico, criativo e transformador do conhecimento. Hibridiza diferentes tipos de saberes (científicos e tradicionais, populares, locais), inserindo-se na luta pela autonomia cultural, autogestão comunitária, apropriação coletiva dos recursos naturais, produção sustentável, justiça social e qualidade de vida. O saber ambiental solicita o diálogo de saberes, a transformação de paradigmas e a inclusão de saberes “errantes, ciganos, nômades”, forjando valores que mobilizam a “ação com valores não mercantis”. (LEFF, 2011, p. 30).

A interdisciplinariedade internaliza “externalidades”, que são entendidas pelo autor como os processos que foram excluídos da racionalidade científica: a alteridade, os saberes não legitimados pela ciência moderna, ou seja, aqueles saberes erradicados por serem percebidos como externos, estranhos, patológicos ou não-conhecimento. Assim, a interdisciplinariedade ambiental requer a revisão das formas de conhecimento legitimadas, abrindo-se a formas não científicas de compreensão do mundo e das relações entre sociedade e natureza. “A interdisciplinariedade ambiental implica a reconstrução dos objetos de conhecimento pela internalização dos campos ônticos desconhecidos e desalojados, dos saberes subjugados e postos à margem, mas que intervêm na determinação dos processos que estuda uma ciência”, diz Leff (2011, p. 34).

É a interdisciplinariedade ambiental que permite “estratégias heterodoxas de investigação” segundo Leff, que propõe processos participativos como método, para valorização da diversidade de saberes. Portanto, implica rompimentos com racionalidades lineares, processos homogêneos e

reprodutivistas, inclusive aqueles que se alojaram nos métodos de análise dos objetos de estudo na área ambiental. Para Floriani (2011, p. 98):

O desafio do cientista de hoje é ousar, transpor a repetição, alternando os procedimentos convencionais na (re) produção do conhecimento, buscando a fonte de sua imaginação em diversos referenciais cognitivos; não apenas naqueles de sua disciplina científica, mas também nos de natureza estética (artes, literatura, música), na ética, nos conhecimentos espontâneos, especialmente naqueles profundamente arraigados na cultura dos povos (do presente e do passado), recriando e restabelecendo o que foi esquecido ou obscurecido pelos procedimentos da racionalidade instrumental da modernidade.

Coimbra (2011, 63), no mesmo sentido, propõe a interdisciplinaridade como um processo de conhecimento e de práxis. Para ele, “a interdisciplinaridade é uma exigência inata do espírito humano; não é, todavia, uma facilidade inata”, isto porque nosso modo de conhecimento apreende por partes, mais que compreende. A interdisciplinaridade provoca uma conversão, de modo a abrir fendas para que enxerguemos o mundo de forma diferente. É uma condição para compreender melhor a realidade. Coimbra (2011, p. 65, 67, 68) explica que:

[...] para se ser interdisciplinar é preciso ser um ‘buliçoso intelectual’ e, por associação, um investidor no conhecimento [...] a interdisciplinaridade é, ao mesmo tempo, requisito e sinal de um mundo diferente: novos procedimentos científicos e técnicos, e novo estilo de civilização [...] Pode-se dizer, como hipótese de trabalho, que a questão ambiental é o melhor estímulo, a mais adequada escola teórica e prática para o exercício completo da interdisciplinaridade.

Desta forma, os autores defendem que a interdisciplinaridade como estratégia de aproximação teórica, metodológica e prática ao campo ambiental requer a hibridização dos diferentes saberes, de modo a fazer-se frente às hegemonias de modos de conhecimento que se constituíram como parceiras na construção de racionalidades mercantis, as quais hoje operam nas esferas mais íntimas do ser humano.

Considerações Finais

Pensar as relações interculturais entre campos sociais leva a uma definição dinâmica de cultura, a qual passa a ser compreendida como uma construção que se inscreve, cotidianamente, na

história das relações dos grupos sociais entre si. A partir desta perspectiva, a questão ambiental pode ser observada nas escolhas que os sujeitos fazem no cotidiano, as quais são determinadas pela cultura de uma sociedade, que nada mais é que a nebulosa que se forma da colcha de retalhos das diferentes culturas dos grupos inseridos em campos sociais, os quais estão constantemente em interação e negociando sentidos sobre a realidade, neste caso, a realidade ambiental.

Neste sentido, considerando a proposta de Melucci (1996, 2001, 2004) quem mais circulação de informação pode levar à ação reflexiva da sociedade e suas comunidades, entendemos que a efetivação de processos de comunicação ambiental, observando as relações complexas entre a diversidade de questões ambientais, é determinante para compreender as lógicas que estão construindo o contexto ambiental em que vivemos.

Este artigo aponta para uma proposta teórico-metodológica no trabalho de pesquisa no campo ambiental a partir da ótica da comunicação ambiental. A teoria dos campos sociais nos ajuda nesse processo na compreensão do campo ambiental, observado enquanto espaço de articulação das multidimensionalidades do saber ambiental, o que lhe dá uma complexidade peculiar, principalmente pelo seu caráter emancipador e a exigência de reflexividade por parte dos atores sociais que dele participam, suscitando uma aproximação interdisciplinar e a criação de novas metodologias, que incorporem os saberes ambientais cotidianos no campo da ciência ambiental.

Referências

- BOURDIEU, P. 1989. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil.
- CARVALHO, I.C.M. 2005. A invenção do sujeito ecológico: identidade e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In SATO, M.; CARVALHO, I. (Orgs.). **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, p. 51 a 63.
- _____. 2002. **A invenção ecológica**: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. Porto Alegre: UFRGS.
- COIMBRA, J.Á.A. 2011. Considerações sobre interdisciplinaridade. In PHILIPPI JR. A. et al. (Orgs.). **Interdisciplinaridade em ciências ambientais**. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=50281 Acesso: 10 abril 2011. P. 51 a 70.
- ESTEVES, J.P. 2003. **A ética da comunicação e os media modernos: legitimidade e poder nas sociedades complexas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- FLORIANI, D. 2011. Marcos conceituais para o desenvolvimento da interdisciplinaridade. In PHILIPPI JR. A. et al. (Orgs.). **Interdisciplinaridade em ciências ambientais**. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=50281 Acesso: 10 abril 2011. P. 95 a 107.
- GIDDENS, A. 2002. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar.
- LEFF, E. 1991. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes.
- _____. 2001. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez.
- LEFF, H. 2011. **Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental**. In PHILIPPI JR. A. et al. (Orgs.). **Interdisciplinaridade em ciências ambientais**. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=50281 Acesso: 10 abril 2011. P. 19 a 51.
- MELUCCI, A. 2001. **A invenção do presente**. Petrópolis, RJ: Vozes.
- _____. 1996. **Sociedade complexa: identidade e ação coletiva**. Revista Movimentos Sociais na Contemporaneidade, do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Movimentos Sociais, São Paulo. Entrevista de 1996.
- _____. 2004. **O jogo do eu: a mudança de si em uma sociedade global**. São Leopoldo: Editora Unisinos.
- RODRIGUES, A. 1990. **Estratégias de comunicação**. Lisboa: Presença.
- SANTOS, B. de S. 2001. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 8ª ed. São Paulo: Cortez.
- SOFFIATI, A. 2002. Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação. In LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R. S. de. (Orgs.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, p. 26 a 67.